

Tertúlia “As TREZE, o Lesbianismo e a Primeira República”

13 de Outubro, 2010, Livraria Pó dos Livros, Lisboa

Intervenção de Manuela Góis

Vice-presidente da UMAR

Boa tarde a todas e a todos pela vossa presença. Em nome da UMAR quero agradecer à São José Almeida a sua disponibilidade em nos proporcionar esta tertúlia, Agradecemos também à Livraria “Pó dos Livros” o apoio prestado e a cedência destas acolhedoras instalações para a realização deste evento.

Porquê *AS Treze, o Lesbianismo e a Primeira República*?

Começo por vos falar do Grupo das Treze.

GRUPO DAS TREZE



No primeiro plano, assentadas, a partir da direita: D. Judith Pontes Rodrigues, D. Carolina Amado, D. Ernestina Pereira Santos, D. Lydia d'Oliveira, D. Maria Velleda, D. Antonia Silva e D. Adelina Marreiros. No segundo plano, em pé: D. Honorata de Carvalho, D. Marianna Silva, D. Filippa d'Oliveira, D. Bertha Villar Coelho, D. Lenia Loyo Pequito e D. Carolina Rocha da Silva (supplente), a substituir D. Maria da Madre de Deus Diniz d'Almeida, que não ponde comparecer.

As Treze eram feministas republicanas, sócias da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que decidiram fundar um grupo que combatesse a ignorância, as superstições, o obscurantismo, o dogmatismo religioso e o conservadorismo que afectavam a sociedade portuguesa e impediam a emancipação das mulheres. O Grupo das Treze surgiu em Maio de 1911 e desenvolveu actividades até, pelo menos, Outubro de 1913.

É precisamente para combatermos os preconceitos, o obscurantismo, as discriminações e as opressões que, tal como as feministas republicanas do Grupo das Treze, pretendemos visibilizar e *dar voz*, cem anos passados, ao lesbianismo na Primeira República, neste ano de Comemorações.

A I República foi arauto dos ditos bons costumes e do puritanismo (não de “deus, pátria e família”, que chegariam depois ...) mas sim de “ciência, pátria e família”,

esta, claro que patriarcal, heteronormativa e monogâmica. Em nome da sociedade, da higiene e da saúde, alicerçadas na “sagrada” ciência universalizante, a lei domesticava e punia a homossexualidade, considerada “vício antinatural”, a par da prostituição e do alcoolismo.

O lesbianismo, mais do que um comportamento desviante, torna-se desestabilizador de uma paz social, assente no modelo da família patriarcal. Desvela a sexualidade das mulheres e o seu prazer sexual, rompendo com o modelo que as prende e limita às funções reprodutivas.

É a lesfobia que leva ao apagamento das ligações homossexuais entre mulheres durante a Primeira República.

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” diz Pamiela Birulés.

História incompleta esta, deturpada, deformada porque amputada da história das mulheres que são parte das múltiplas diversidades que constituem os seres humanos. Ser lésbica é ser ameaçada por múltiplas discriminações e formas de violência: por um lado, enquanto mulher e, por outro, enquanto transgressora da heteronormatividade imposta.

Por isso, dar visibilidade ao que foi ao longo posto de lado e distorcido, minorizado, caluniado pela ciência, e ameaçado e punido pelo Estado é um acto político de cariz emancipatório

Um feminismo crítico tem de questionar o patriarcado e a heteronormatividade e pôr em causa os modelos relacionais hegemónicos baseados na dominação masculina, na heteronormatividade e na monogamia.

Visibilizar politicamente o lesbianismo é lutar contra todas as formas de opressão em função da orientação sexual, contra as múltiplas discriminações, rejeitando qualquer forma de hierarquização entre elas.